

PARLAMENTO EUROPEU



EDIÇÃO ESPECIAL

CONSELHO EUROPEU
4 e 5 de Novembro 2004
Bruxelas

DISCURSO DO PRESIDENTE JOSEP BORRELL FONTELLES
CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA



03/S-2004

Direcção-Geral da Presidência

PT

PT

(Intranet) <http://www.europarl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2004)
(Internet) <http://www.europarl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2004)

\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\2004\06-Bruxelles

**DISCURSO DO PRESIDENTE JOSEP BORRELL FONTELLES
CONSELHO EUROPEU**

**4 de Novembro 2004
Bruxelas**

Senhoras e Senhores Membros do Conselho Europeu,

Constitui, para mim, uma grande honra exprimir-me pela primeira vez perante V. Exas. na minha qualidade de Presidente do Parlamento Europeu.

Os acontecimentos da semana passada, em Estrasburgo, certamente que constituíram fonte de preocupação para V. Exas. e talvez tenham desagradado a alguns de vós. Como sabem, o PE não teve de se pronunciar por votação. Contudo, pelo que me respeita, gostaria de vos exprimir a minha interpretação dos factos, sobre a qual tive já oportunidade de falar brevemente com alguns de vós em Roma.

Em primeiro lugar, faço questão de vos expressar a minha convicção de que o que se passou fortalece a democracia na UE, reforçará as nossas Instituições, induzirá um maior interesse dos cidadãos pelo debate político europeu e tornará mais efectiva a observância dos seus direitos fundamentais.

Em segundo lugar, nunca considerei em qualquer momento que estivesse em causa uma crise institucional ou um braço-de-ferro entre as Instituições. O que se passou inscreve-se na normalidade do debate democrático. Tratou-se de um verdadeiro debate político, que suscitou grande interesse por parte da opinião pública. Queixamo-nos, justificadamente, da escassa taxa de participação dos cidadãos nas eleições europeias. Receamos que os futuros referendos sobre o projecto de Tratado Constitucional não concitem suficientemente a atenção dos nossos concidadãos. Não podemos senão congratular-nos pelo facto de que o Parlamento Europeu, que dispõe de mais competências, as exerça de forma responsável.

Cabe recordar que os actuais Tratados, e mais ainda a futura Constituição, cometem ao Parlamento Europeu a capacidade de investir colegialmente a Comissão. Considero que o equilíbrio institucional não foi desfeito nem alterado. As audições, pelas nossas comissões parlamentares, dos Comissários designados permitiram-nos avaliar as capacidades das pessoas e as políticas que pretendiam levar a efeito.

Em terceiro lugar, o debate incidiu em grande medida, ainda que não exclusivamente, em temas de sociedade extremamente sensíveis: a questão crucial da política de asilo e de imigração, o papel das mulheres na família e no trabalho, a ausência de discriminação das pessoas com fundamento nas suas preferências sexuais, a relação entre ética e política. O Parlamento Europeu nunca discriminou quem quer que fosse pelas suas crenças.

Numa Europa que acaba de se dotar de uma Carta dos Direitos Fundamentais é normal que estes assuntos sejam debatidos.

Sejam quais forem as opiniões que possam existir na matéria, o debate demonstrou que a nossa União, para além das suas características económicas, assenta em valores fundamentais comuns. Creio sinceramente que o Parlamento contribuiu para intensificar os valores em que a Europa se funda.

Mas o Parlamento pôs em relevo outras preocupações. Pretende uma Comissão independente, constituída por Comissários competentes nos pelouros que lhes tenham sido atribuídos.

Por último, assiste-me a convicção de que a União Europeia necessita simultaneamente de um Parlamento Europeu credível e de uma Comissão forte. Nenhuma destas Instituições se reforçará enfraquecendo a outra. O Presidente Barroso, a quem o Parlamento concedeu uma ampla confiança em Julho, tomou a decisão avisada e justa de não apresentar uma proposta sobre o seu colégio de Comissários.

O Parlamento limitou-se a exercer as competências que os Tratados lhe cometem. É impossível atribuir poderes a uma Instituição resultante do sufrágio universal na condição de que esta não os exerça ...

Espero que sejam propostas muito rapidamente soluções políticas que permitam ao Parlamento conceder a sua confiança ao colégio de Comissários. Foram já dados passos muito importantes nesse sentido e estou persuadido de que outros o serão durante este Conselho Europeu, a fim de permitir ao Sr. Durão Barroso que apresente a sua proposta para alcançar aquele objectivo. O PE está preparado para pôr em prática, sem demora, o procedimento necessário para que a votação de investidura da nova Comissão se realize, se possível, no próximo período de sessões plenárias.

Por outro lado, faço questão de saudar os esforços particulares que têm sido envidados pela Presidência neerlandesa em torno do tema da **comunicação com os cidadãos**. Eu próprio participei no Conselho informal de Ministros dos Assuntos Europeus, muito interessante, que se realizou no dia 5 de Outubro, em Amesterdão, sobre este assunto. O Parlamento procederá à votação do seu parecer sobre o Tratado Constitucional em Dezembro e, nesta base, levaremos a cabo acções de informação tão descentralizadas quanto possível.

Senhoras e Senhores Membros do Conselho Europeu,

Os trabalhos da Convenção começaram com uma fase de escuta, que nos permitiu conhecer as aspirações dos cidadãos relativamente à União Europeia, e que eram essencialmente três: o emprego, a segurança e a presença da Europa na cena internacional.

O emprego e a segurança são precisamente os dois temas principais da vossa ordem do dia.

No que respeita ao crescimento e ao emprego, dispomos presentemente do relatório redigido pelo Sr. Wim Kok sobre a **estratégia de Lisboa**.

A primeira coisa que devemos fazer quanto à estratégia de Lisboa é deixar de a denominar deste modo. Ninguém sabe do que se está a falar. Proponho que se fale de "estratégia para a competitividade, a coesão social e o ambiente".

No próximo Conselho Europeu da Primavera, terão decorrido cinco anos desde que a União Europeia decidiu estipular como objectivo, e passo a citar, "tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social". Esta frase, de tantas vezes que é repetida, começa a soar como um ritual.

Seja como for, continua a ser fundamental prosseguir o processo em causa se quisermos alcançar um nível de emprego elevado, única forma de financiar, numa Europa que envelhece – como se salienta de forma pungente no relatório KOK – a política de solidariedade, que constitui o próprio cerne do modelo social europeu.

Em Lisboa, estipulámos o objectivo de emprego de 70% da população activa. Presentemente, a percentagem alcançada é de 63%, contra 71% nos Estados Unidos.

Quanto às despesas com a investigação e o desenvolvimento tecnológico, o Conselho Europeu de Barcelona havia estipulado o objectivo de 3% do PNB. Hoje em dia, assiste-se a uma estagnação na Europa, em 1,9% do PNB, contra 2,8% nos Estados Unidos e 3,1% no Japão.

Há, contudo, que não olvidar que estes objectivos foram estipulados num período de prosperidade económica. Presentemente, numa conjuntura económica mais difícil, forçoso se torna constatar que se encontram longe de ser alcançados e que também não o serão em 2010, sem uma intensificação considerável de esforços.

E, quando estamos perante objectivos que manifestamente não são exequíveis, há que ter a coragem de os modificar sem renunciar à esperança de os atingir num prazo realista.

É certo que a competitividade da economia europeia é uma batalha que deve ser travada prioritariamente em cada Estado-Membro, e a Comissão e o Conselho sabem-no perfeitamente. Mas, a União Europeia, enquanto tal, pode e deve contribuir para este processo, ou então não se justificaria discutir tal assunto aqui.

É indispensável garantir a rápida transposição das directivas para a legislação nacional. Como V. Exas. sabem, no que respeita à estratégia de Lisboa, só sete de quarenta directivas são aplicadas em todos os Estados-Membros. E a taxa média de transposição do conjunto das directivas da UE não supera os 60%.

A fim de assegurar o êxito de uma "estratégia para a competitividade, a coesão e o ambiente", as nossas três Instituições devem programar os seus trabalhos segundo um calendário preciso, com objectivos mais incisivos, e aplicar indefectivelmente o Acordo "Legislar Melhor" que assinaram em Dezembro de 2003.

Também os debates que travaremos em torno da reforma do Pacto de Estabilidade e do futuro financiamento da União deverão ter por finalidade propiciar o crescimento, o emprego de qualidade, a investigação, as tecnologias e a inovação europeias.

O Parlamento Europeu adoptou, para o efeito, um mecanismo de coordenação de todas as suas comissões parlamentares implicadas nesta matéria, bem como a constituição de uma comissão temporária para o futuro financiamento da União, à qual presidirei.

A este respeito, e como afirmaram hoje de manhã com toda a pertinência os Primeiros-Ministros da Polónia e da Dinamarca, devemos aumentar as verbas atribuídas à investigação, a fim de mobilizarmos os recursos científicos dos vinte e cinco países e motivarmos os jovens cientistas, de modo a que o seu "saber" não se vá exercer fora das nossas fronteiras, agravando o nosso défice tecnológico.

Os cidadãos europeus esperam também que a UE garanta a sua segurança. O Parlamento Europeu deseja que, com base nos Tratados existentes, determinadas disposições previstas no Tratado Constitucional sejam antecipadamente adoptadas: um regime europeu comum em matéria de asilo e um estatuto uniforme para os refugiados, assuntos em torno dos quais o debate tem vindo a progredir.

Consideramos também que a activação das duas pontes para as medidas em matéria de imigração (artigo 67º do Tratado) e de combate ao terrorismo e à criminalidade internacional não pode aguardar a entrada em vigor da Constituição.

O Parlamento Europeu confere a maior importância ao facto de as decisões neste domínio serem tomadas em co-decisão pelos dois ramos da Autoridade Legislativa. Neste aspecto, incito-vos veementemente a assumirem a proposta da Presidência neerlandesa, que, numa preocupação de lógica democrática, convida o Conselho Europeu a determinar a passagem à maioria qualificada nos domínios do asilo, da imigração e do controlo nas fronteiras.

Trata-se de um dos elementos cruciais do Tratado Constitucional: – Se o Conselho se lhe opusesse presentemente, como explicaríamos aos nossos cidadãos que é imperioso ratificar esta Constituição?

A ameaça do terrorismo internacional constitui o primeiro problema que afecta a coexistência e a segurança dos cidadãos europeus. O Parlamento Europeu crê ser urgente adoptar um conjunto de medidas: melhorar a colaboração e o intercâmbio de dados entre os serviços de polícia, nomeadamente através da transformação da Europol em Agência Europeia, negociar, em nome da União, verdadeiros acordos internacionais de cooperação policial e criar um serviço europeu de auxílio às vítimas de terrorismo.

Por último, o Parlamento Europeu tem um grande apego à instituição de uma verdadeira política europeia de asilo que intensifique as medidas de protecção dos refugiados que garantem o pleno exercício dos respectivos direitos e proibem qualquer expulsão colectiva.

Senhoras e Senhores Membros do Conselho Europeu,

O Parlamento Europeu pode igualmente contribuir para preparar o terreno da difícil decisão que V. Exas. deverão tomar sobre a **Turquia**, em Dezembro. Pode constituir, neste aspecto, um parceiro útil, sabendo-se que no final do processo é requerido o parecer favorável do Parlamento Europeu. A libertação de Leyla Zana, em Abril, deveu-se em parte à nossa recusa de que fosse esquecida uma laureada do Prémio Sakharov do Parlamento.

É difícil prever o teor do parecer que o Parlamento Europeu aprovará em 2 de Dezembro sobre a Turquia. No entanto, vale mais um debate franco e aberto, centrado nas verdadeiras questões, do que um debate assente em meias verdades e em preconceitos. Deslocar-me-ei, em todo o caso, à Turquia no dia seguinte ao da votação do Parlamento Europeu para explicar a posição deste último às autoridades turcas e à opinião pública da Turquia.

Apesar da importância dos assuntos que V. Exas. têm hoje em cima da mesa, é-me impossível não abordar a questão do **Estatuto dos Deputados Europeus**.

Em Janeiro de 2004, o Conselho não obteve a maioria qualificada requerida para aprovar o texto de compromisso negociado pelas sucessivas Presidências.

Sendo assim, imediatamente após ter sido eleito para a Presidência do Parlamento Europeu, encetei contactos com vários membros do Conselho, bem como com V. Exa., Senhor Presidente do Conselho Europeu.

O PE continua profundamente persuadido de que um Estatuto único para os deputados europeus é uma necessidade, porquanto o alargamento a vinte e cinco o tornou indispensável.

Afirmei a V. Exa., Senhor Presidente, que o Parlamento Europeu estava disposto, uma vez mais, a dar provas de flexibilidade, a fim de alcançar um acordo. No entanto, compreenderá que o Parlamento não pode apresentar formalmente uma nova proposta sem estar seguro de que será aceite pelo Conselho. Creio, por conseguinte, que é necessário proceder a uma concertação informal sobre este assunto até ao final da presente Presidência ou ao início da seguinte. Após isto, será demasiado tarde.

O Conselho Europeu deverá comunicar-nos se confirma ou não a necessidade de se dispor de um Estatuto único para os deputados europeus, tal como concebido pelo Tratado. Permito-me reiterar a extrema urgência que esse assunto reveste. Se o Conselho confirmar essa necessidade, tenho a certeza de que poderemos chegar a um acordo. Se a sua resposta for não, o PE deve sabê-lo.

Para terminar, Senhor Presidente, o Parlamento Europeu **tenciona animar o debate político europeu** em torno de todas as opções cruciais para o nosso futuro. Sairemos todos fortalecidos deste debate, e, ousou esperá-lo, compreendidos de melhor forma pela opinião pública. O sucesso da nossa Constituição, etapa vital para o nosso futuro, depende disso.

Façamo-lo em conjunto!
